
RECENSÕES

MATOS, Manuel. «Por falar em formação centrada na escola...». Profedições, 2002, 211 pág.

Esta é uma obra que foi tecida através da escrita de pequenos textos que se articulam em torno de um conjunto de preocupações, a escolarização universal da juventude, a diluição das fronteiras entre a escola e a vida, a projectualização forçada da experiência escolar, a clientelização do ofício do aluno ou a in/disciplina e a mercantilização do produto da Escola e que contribuem para que, na opinião de Manuel Matos, o quotidiano profissional dos professores se constitua como «*uma experiência cada vez mais difícil de ser pensada como um objecto com sentido*» (Matos, 2002: 8).

É esta experiência que justifica e inspira os cinquenta artigos agora publicados, que ao longo dos anos o autor foi escrevendo no mensário «*A Página da Educação*», propondo-nos, através da construção das problemáticas que aí aborda, uma leitura daquela experiência, mas também, e como refere José Alberto Correia no prefácio, propondo-nos igualmente «*um dispositivo de análise que transcende o interesse das problemáticas abordadas*

(Matos, 2002: 11). Um dispositivo que é valorizado por J. A. Correia pelo facto de trazer «*para o espaço do debate público um conjunto de ordens argumentativas ancoradas no(s) mundo(s) da vida das escolas e na(s) subjectividade(s) que os habitam e que tendem hoje a ser desqualificadas e silenciadas face a um totalitarismo cognitivo que reduz a questão educativa à questão escolar e esta ao debate entre o «pedagogicamente correcto» (...) e o «educativamente eficaz»*» (Correia in Matos, 2002: 12-13).

É um livro de uma ironia suave que importa ler como se estivéssemos a escutar, em estereofonia, uma obra musical. Uma obra através da qual nos defrontamos, num primeiro momento, com o cepticismo do seu autor face à impossibilidade da Escola se assumir como uma instância capaz de responder a problemas de natureza social, entretanto pedagogizados. Um cepticismo veemente através do qual se denuncia a «*escolarização dos problemas sociais ou a transformação dos problemas sociais em problemas escolares por*

naturalização das diferenças sociais, de que se ocuparam a psicologia e as ciências da educação (Matos, 2002: 93). Uma obra que, num segundo momento, se recusa a aceitar que a leitura para os problemas da Escola se construa em torno da responsabilidade individual dos professores, sobretudo se uma tal leitura puder contribuir para iludir tanto a dimensão político-social desses problemas como a dimensão institucional dos mesmos. Uma obra onde, finalmente, Manuel Matos exprime sem reservas a sua desconfiança face à crença das soluções técnicas se poderem constituir a resposta mais adequada para problemas e desafios que não podem iludir o peso e a importância da sensibilidade, da emoção e da inteligência prática no domínio da gestão das coisas humanas. Neste sentido, não é por acaso que M. Matos recorre a J. A. Correia para afirmar que na construção do Projecto Educativo se deva apostar mais no envolvimento do que no desenvolvimento, se deve confiar *«mais nas pessoas e na sua difícil arte de existir nos dias de hoje»* do que na *«funcionalidade instrumental»* (Matos, 2002: 41) dos projectos.

Evidencia-se assim, através da afirmação da necessidade de compreendermos os limites e as limitações da Escola, a recusa de pensar a intervenção dos professores neste âmbito como *«uma competência técnica e científica que vale por si mesmo»* (Matos, 2002: 127), a qual, face à dimensão e humanidade dos problemas, das exigências e dos desafios que se colocam hoje no interior das escolas só poderá constituir-se como condição da incompetência docente face ao pulsar do mundo da vida e às contradições mais amplas de ordem política que o pedagógico, no mínimo, não pode iludir. Tal recusa é, afinal, a recusa do

«paradigma do controlo da disciplina e dos saberes» (Matos, 2002: 125) como modelo de profissionalidade docente, uma recusa que mais do que anunciar a aceitação prudente e humana de um outro paradigma, o *«paradigma da compreensão e comunicação»* (Matos, 2002: 125), anuncia, sobretudo, o desejo de aí aceder.

Este é um livro inquietante porque nos confronta, por um lado, com as ilusões, porventura desmesuradas, que depositamos na Escola como instrumento de emancipação e, por outro porque, mais do que nos propor o percurso da sua redenção, nos interroga, principalmente, acerca dos sentidos desse acto de mistificação política e pedagógica. Estabelece assim um campo de reflexão sem nos oferecer um programa de acção, se bem que este, a construir-se, só pode acontecer se formos capazes de, enquanto actores, participar naquele. É um livro que nos perturba também pelo desencanto lúcido que o atravessa, apostado que está em desconstruir as ilusões dos cantos de sereia que continuam a soprar do lado de todos aqueles os que continuam a entender a Escola como um espaço onnipotente do ponto de vista social e político; aqueles a quem acusa de pensar a institucionalização da crise que afecta a Escola como algo interna e específico a esta Escola, *«justamente porque impede que se pense que a crise não é da Escola»* (Matos, 2002: 92).

Este é, também, um livro que assume alguns riscos quando tende a circunscrever o mal estar, que professores e alunos sentem enquanto participantes na vida escolar, a algo que, em certa medida, escapa a esses professores e a esses alunos. Riscos esses que têm a ver com o modo como Manuel Matos se sente

perturbado face a um discurso que difunde a possibilidade de ignorar ou resolver contradições e tensões a partir de uma ordem técnico-cognitiva que não admite nem alternativas nem interpelações. Um discurso que visando assumir-se como solução do problema é, hoje, um componente fundamental do mesmo.

Se, por vezes, também nos sentimos perplexos face ao modo como a denúncia da subjectivação da culpa pode constituir-se como uma operação de objectivação da desculpa, não podemos deixar de ter em conta as razões que conduzem o autor a assumir um tal posicionamento. Um posicionamento que, em primeiro lugar e como sempre, não ilude nem a complexidade das tarefas que hoje se colocam aos professores nas escolas nem a complexidade do percurso que estes têm que fazer para enfrentar essas tarefas a partir de outros pressupostos e da utilização de novos instrumentos cognitivos, concep-

tuais e pedagógicos. Um posicionamento que o leva, então, a recusar responder à questão *«O que fazer com esta autonomia?»*, para enfrentar, antes, uma outra interrogação: *«O que desfazer com esta autonomia?»* (Matos, 2002: 118). Um posicionamento que, afinal, traduz, mais uma vez, o cepticismo face às soluções que visam ignorar os actores e as suas circunstâncias para afirmar quão difícil e doloroso, até, pode ser um percurso que implica que não ignoremos *«as relações que se estabelecem entre a intencionalidade dos actores, as condições de trabalho e o próprio estatuto de que estão investidos nessas relações»* (Matos, 2002: 117-118).

Um livro a ler para interpelar e para ser por ele interpelado, porque, é o próprio Manuel Matos que o confessa, *«talvez o problema não seja assim tão simples, Mónica»*

Ariana Cosme